



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, nº 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmmn.com – scmmn@scmmn.com

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

ENCERRAMENTO DE CONTAS E BALANÇO DO ANO 2025



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, nº 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmmn.com – scmmn@scmmn.com

ÍNDICE

DOCUMENTOS DE ENCERRAMENTO DO ANO 2025

RELATÓRIO DE GESTÃO

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS

- SEDE
- FARMÁCIA DA MISERICÓRDIA
- ARRENDAMENTOS
- LAR DE IDOSOS
- CENTRO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL
- CENTRO DE JOVENS/ ATL
- APOIO DOMICILIÁRIO
- CENTRO SOCIAL JOÃO PAULO II – LAR DE IDOSOS
- CENTRO SOCIAL JOÃO PAULO II – CENTRO DE DIA E APOIO DOMICILIÁRIO
- CANTINA SOCIAL
- CULTO E CAPELANIA
- POLO SAAS

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Conforme determinação legal e estatutária, apresenta-se em Assembleia Geral, a fim de deliberar e aprovar, o Relatório de Gestão do ano 2025.

Gestão da Instituição

Em 2025, a atividade da Instituição caracterizou-se pela manutenção dos níveis de ocupação nas várias valências e pela conclusão da obra da creche, após necessidade de retificação de algumas situações inesperadas verificadas no decurso dos trabalhos. Não obstante não se ter verificado agravamento nos resultados gerados pela atividade, a receita gerada, que advém essencialmente dos acordos com o Estado, continua a revelar-se insuficiente para cobrir os custos da estrutura e para cumprir o objetivo estratégico da requalificação do edifício do antigo Hospital de Santo André em ERPI, pois, não se perspetivando a abertura de candidaturas a financiamento público, não é possível, a curto e médio prazo, assumir o compromisso financeiro de uma obra orçamentada em cerca de 3 milhões de euros, a preços de 2025. A toda esta conjuntura, acresce a incerteza quanto à evolução da situação internacional, pois os focos de guerra existentes no Médio Oriente estão na origem no aumento dos preços dos combustíveis que se tem verificado em 2026 e trará, inevitavelmente, o aumento de todos os custos necessários à manutenção da atividade da Instituição, pelo que será necessária prudência acrescida na gestão. Desta forma, ir-se-á promover uma maior especialização do Serviço de Apoio Domiciliário e tentar-se-á o estabelecimento de parcerias com diversas instituições para o arrendamento dos imóveis existentes, e que têm manifestado o seu interesse. Dar-se-á continuidade à racionalização de custos, através de auscultações regulares ao mercado dos fornecedores de serviços, estratégia essa que, igualmente, pela necessidade de investimentos que permitam tornar mais eficientes os edifícios onde funcionam as várias valências. Neste âmbito, está em fase de operacionalização no Centro Social João Paulo II a implementação dos equipamentos de eficiência energética aprovados pela candidatura apresentada ao PRR, e estão a ser apresentadas candidaturas a outras linhas de apoio que possam contemplar a aplicação de medidas idênticas no Lar Nossa Senhora da Visitação.



Elementos financeiros

Neste exercício de 2025, as medidas de racionalização e otimização dos recursos disponibilizados para as atividades da Instituição, apesar de se verificar um aumento das receitas, são prejudicadas, essencialmente pelos custos com o pessoal.

A tradução destes factos nas demonstrações financeiras tem naturalmente um efeito negativo.

O Resultado Operacional (antes da função financeira) situa-se num patamar negativo de 32 957€.

As amortizações do exercício, agora já controladas e internamente validadas, continuam num nível muito elevado (acima de 125 mil euros anuais).

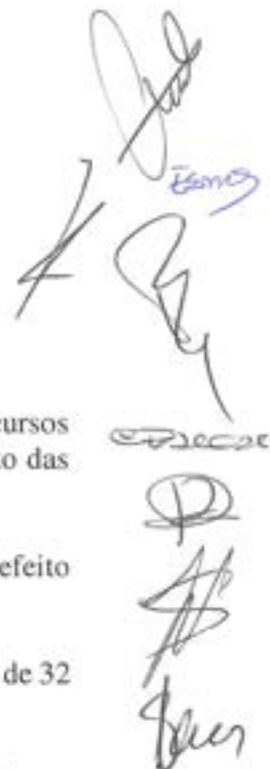
Em termos da função financeira, os juros e gastos similares suportados, são superiores aos do ano anterior provavelmente devido à subida das taxas de juros disponibilizadas no mercado.

Assim, o montante de prejuízo no ano, cerca de 44 319 €, está influenciado positivamente pelo aumento das receitas principalmente da Farmácia, mas, também, nas prestações de serviços e negativamente pelos custos operacionais, nomeadamente no que se refere a gastos com Pessoal (devido ao aumento do salário mínimo nacional) e pelo aumento de custos de mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

A permanência das dificuldades de Tesouraria tem sido encarada com o esforço de uma gestão criteriosa na procura das melhores soluções de alocação de recursos e na deteção de oportunidades para incrementar rentabilidades, o que, apesar de tudo, se tem revelado pouco relevante atendendo ao volume de encargos operacionais que é necessário suportar.

A Mesa Administrativa tem esta preocupação nas suas prioridades e tentará adotar, em cada momento, as medidas necessárias para uma inversão deste ciclo menos positivo.

Atendendo ao Resultado do Exercício e ao Compromisso, detalhamos os resultados por Valência e propomos que o Resultado Líquido do Exercício de 2025, no montante negativo de 44 319 €, seja transferido/aplicado em Resultados Transitados.



Mapa Resumo dos Resultados por Valência

	2025	2024
Sede	(267.056)	(215.350)
Farmácia da Misericórdia	212.570	202.762
Arrendamentos	24.681	21.189
Lar de Idosos	(102.087)	(141.621)
Família e Comunidade	(13.122)	(26.692)
Centro de atendimento e acompanhamento social	-	-
Centro de Jovens / ATL	(6.159)	(22.879)
Centro de dia	-	-
Apoio Domiciliário	63.159	32.135
Lar de Idosos - Centro Social João Paulo II	8.551	(90.547)
Centro de Dia - Centro Social João Paulo II	35.512	27.172
Cantina Social	(8.334)	(4.851)
Culto e Capelania	9.626	5.779
Encurtar Distancias		538
Polo SAAS	(1.661)	(3.594)
	<u>(44.319)</u>	<u>(215.957)</u>

Montemor-o-Novo, 20 de Março de 2026

A Mesa Administrativa

António Lebrão da Silva (Vice-Presidente)

António Lebrão da Silva

Esmacilda da Conceição M. Espadante

Paulo Miguel de Carvalho Ramos

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(diferenças expressas em euros)

ATIVO	Notas	31 Dezembro 2025	31 Dezembro 2024
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	5	3.746.148	3.336.752
Bens do património histórico e cultural	5	134.237	130.466
Outros créditos e ativos não correntes		9.457	6.463
Total do ativo não corrente		3.889.842	3.473.681
ATIVO CORRENTE			
Inventários	8	84.130	97.459
Céduas e recibos	7	547.542	167.583
Estado e outros entes públicos	11	18.867	6.761
Diferimentos		34.422	20.917
Outros ativos correntes	8	35.521	24.121
Caixas e depósitos bancários	4	1.183.733	1.672.117
Total do ativo corrente		1.803.195	1.889.257
Total do ativo		5.693.037	5.375.267
FUNDO PATRIMONIAL E PASSIVO			
FUNDO PATRIMONIAL			
Fundo		4.666.678	4.666.678
Reservas		1.644.626	1.644.626
Resultados transferidos	9	-2.522.895	-2.308.082
Ajustamentos/Outras variações nos fundos próprios	9	223.490	166.148
Resultado líquido do período		4.040.969	4.231.395
Total dos fundos próprios		3.996.388	4.375.541
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos obtidos	10	351.766	371.621
Total do passivo não corrente		351.766	371.621
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	12	386.194	372.589
Estado e outros entes públicos	11	46.336	46.334
Financiamentos obtidos	10	218.190	203.287
Outros passivos correntes	12	380.674	365.965
Total do passivo		1.031.470	988.205
Total dos fundos próprios e do passivo		5.385.444	5.359.826
		5.385.034	5.375.267

Mesa Administrativa


O Peranteiro Certificado


António Labregão da Silva - Idoso
 Francisco António Taborda de Jesus

Luísa Monteiro

Esmeralda da Conceição Espinosa

Carolina Maria Gonçalves Falcão

Carlos Miguel de Carvalho Ramos

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	13	3.545.884	2.406.194
Subsídios, doações e legados à exploração	14	78.585	881.050
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15	-1.571.301	-1.503.951
Fornecimentos e serviços externos	16	-446.472	-466.908
Gastos com o pessoal	17	-1.713.700	-1.636.710
Outras imparidades (perdas / reversões)	18	-4.745	-827
Outros rendimentos	19	228.180	272.987
Outros gastos	20	-23.930	-33.812
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		60.401	-62.070
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	21	-125.358	-134.105
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-32.958	-216.174
Juros e rendimentos similares obtidos	22	12.089	12.415
Juros e gastos similares suportados	22	-23.450	-12.199
Resultado antes de impostos		-44.319	-215.958
Imposto sobre o rendimento do período		0	0
Resultado líquido do período		-44.319	-215.958

Mesa Administrativa

O. Contabilista Certificado

Paula Resada

[Signature]

António Laboreiro de Villa-Idro

Jacinto Ribeiro de Vila Verde de Leiria

Tramuntana

Esmeralda de conceição Espadana

Christina Maria Gonçalves Torres

Carlos Miguel de Carvalho Ramos

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

NO PERÍODO 2025

(Montantes expressos em euros)

Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos próprios	Resultado líquido do período	Total	Total dos fundos próprios
Posição no início do período 2025	4.695.678	1.644.635	-2.308.082	199.168	-215.958	4.013.441	4.015.441
Alterações no período: Outras alterações reconhecidas nos fundos próprios	0	0	-214.813	24.323	215.958	25.467	25.467
Resultado líquido do período			-214.813	24.323	215.958	25.467	25.467
Resultado integral					-44.319	-44.319	-44.319
Operações com instituidores no período					171.638	-18.852	-18.852
Posição no fim do período 2025	4.695.678	1.644.635	-2.522.895	223.491	-44.320	3.996.589	3.996.589

Mesa Administrativa

O Gestor/área Certificada

Paula Pessoa
Presidente da Mesa Administrativa

Charmuteke
Em nome do Conselho de Administração

Caridade Teófilo Gonçalves Tavares

António Lobo de Vila-Lobo

Carlos Regal de Carvalho

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

NO PERÍODO 2024

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundos	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos próprios	Resultado líquido do período	Total	Total dos fundos próprios
Posição no início do período 2024		4.695.678	1.644.635	-2.053.924	206.355	-253.887	4.238.857	4.238.857
Alterações no período: Outras alterações reconhecidas nos fundos próprios		0	0	-254.158	-7.187	253.887	6.917	-7.458
Resultado líquido do período				-254.158	-7.187	253.887	6.917	-7.458
Resultado integral				-254.158	-7.187	253.887	6.917	-7.458
Operações com instituidores no período						-215.958	-215.958	-215.958
Posição no fim do período 2024		4.695.678	1.644.635	-2.308.082	199.168	-215.958	4.029.816	4.015.441

Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

Luís António de Sousa
Luís António de Sousa
Esmeralda Conceição Espadana
Esmeralda Conceição Espadana
António Laboreiro de Vila-Velha
Carlos Miguel de Cavalho Sam

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em euros)

	Nota	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recbimentos de clientes e utentes		2.027.746	1.826.166
Pagamentos a fornecedores		-2.154.670	-1.968.525
Pagamentos ao pessoal		-1.211.333	-1.146.903
Caixa gerada pelas operações		-1.338.456	-1.289.262
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		0	0
Outros recebimentos / pagamentos		1.446.323	1.237.806
Fluxos das atividades operacionais [1]		107.867	-51.456
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-477.994	-30.575
Investimentos financeiros		0	0
Recbimentos provenientes de:			
Outros ativos		5.723	4.108
Fluxos das atividades de investimento [2]		-472.271	-26.467
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recbimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0	350.000
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-23.979	-10.594
Fluxos das atividades de financiamento [3]		-23.979	339.406
Varição de caixa e seus equivalentes [4]-(1)+(2)+(3)		-388.384	261.482
Outras variações nos fluxos de caixa	4	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.572.117	1.310.635
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.183.733	1.572.117

Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

Paula Rosado

[Assinatura]

António Laboresin de Villa-Ledra

João Pedro de Almeida Rodrigues

Erasmus Kneif

Esmeralda da Conceição Espadana

Carolina Maria Gonçalves Taveira

Paulo Miguel de Cavalho Nunes



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, nº 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmmn.com – scmmn@scmmn.com

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

1. Introdução

Identificação da entidade

A "Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo" também designada abreviadamente por "Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo" ou simplesmente "Misericórdia de Montemor-o-Novo", foi fundada em 1499 e, de acordo, com o seu compromisso é uma Associação Pública de Fiéis. Nos termos da legislação em vigor o compromisso da "Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo" foi atualizado de acordo com o Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro, diploma que altera o decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro, foi aprovado pela Arquidiocese de Évora em 20 de Outubro de 2017 e aguarda aprovação da Direção Geral da Solidariedade e Segurança Social.

Foi efetuado o registo definitivo da alteração global do Compromisso desta Instituição particular de Solidariedade Social (IPSS), reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, publicado no Diário da República nº 35, Série III, de 11 de fevereiro de 2004 e foi efetuada a escritura pública no Cartório Notarial de Montemor-o-Novo em 27 de Outubro de 2005.

A "Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo" tem a sua sede em rua Irmã Sousa, nº 1 na Freguesia Nossa Senhora da Vila, em Montemor-o-Novo.

Atividade

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo é uma Associação Pública de Fiéis, constituída na Ordem Jurídica Canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar Atos de Culto, em harmonia com o seu espírito tradicional informado pelos princípios da Doutrina e Moral Cristãs.

A Santa Casa e os seus 526 anos de história de Misericórdia caracterizam-se pelo espírito de solidariedade cristã e gestão gratuita que sempre desenvolveram os seus Irmãos, colocando-se ao serviço dos peregrinos, dos miseráveis, dos expostos, dos leprosos, dos excluídos da sociedade e de todos os que sofrem e são desprovidos da sorte.

Mediante a concessão de bens e prestação de serviços, a Instituição apresenta 12 Valências/Serviços:

- Sede
- Farmácia da Misericórdia
- Arrendamentos
- Lar de Idosos
- Família e Comunidade
- ATL
- SAD -Apoio domiciliário
- Lar Foros
- CD – SAD Foros
- Cantina Social
- Culto e Capelania
- Polo SAAS



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, n.º 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmmn.com – scmmn@scmmn.com

ESM

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) das Entidades do sector não lucrativo. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

ESM

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, fiabilidade e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC_ESNL requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Mesa Administrativa e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

2.2. Derrogação das disposições do SNC-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL.

2.3. Indicação das contas de Balanço e de Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores do Balanço a 31 de dezembro de 2025 são na íntegra comparáveis com os do exercício anterior.

No entanto, até ao exercício anterior, as participações da Segurança Social eram registadas na conta 75 – Subsídios à Exploração, estando nas demonstrações financeiras anexas reconhecidas como Prestação de Serviços (conta 72).



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, n.º 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmmn.com – scmmn@scmmn.com

Esta alteração não teve impacto nos resultados, mas modifica a apresentação dos rendimentos como se apresenta seguidamente:

Rendimentos	2024		2025
	Originário	Reexpresso	
Vendas e serviços prestados	2.406.194	3.217.283	3.545.864
Subsídios, doações e legados à exploração	881.059	69.970	78.585

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Todas as classes de Ativos fixos tangíveis encontram-se valorizadas ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo de aquisição (revalorizado nos casos dos imóveis) à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de fatura (preço de compra do ativo), despesas relacionadas com a aquisição (despesas diretamente imputáveis à sua aquisição) e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso (encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização).

Os custos subsequentes incorridos com melhorias, renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As depreciações são calculadas, a partir do método de quotas constantes, aplicadas anualmente, a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada.

Dado que a Direção não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e respetivas taxas de depreciação:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	
- custo aquisição	50
- melhorias	10 - 20
Equipamento básico	5-8
Equipamento de transporte	4

Lar de N.º Sr.ª da Visitação – Rua João Luís Ricardo, n.º 8 – Apartado 144 – 7051 – 909 Montemor-o-Novo – Tel. 266 898 410
Centro Social Dr. Alfredo Maria Cunha – Rua Irmã Sousa, n.º 1 – Apartado 144 – 7051 – 909 Montemor-o-Novo – Tel. 266 898 410
Centro Social João Paulo II – Rua João Paulo II, s/n – 7050 – 704 Foros de Vale de Figueira – Tel. 266 878 100 – Fax 266 878 101
Farmácia da Misericórdia – Largo General Humberto Delgado, 12 – Apartado 144 – 7051-909 Montemor-o-Novo – Tel. 266 899 140



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, nº 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmnm.com – scmmn@scmmn.com

Equipamento administrativo 3 – 10

Outros 4 – 10

Os bens de reduzido valor (valores unitários inferiores a 1.000 €) são depreciados no ano de aquisição e o respetivo dispêndio é reconhecido como gasto integral do exercício respetivo.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.2. Imparidade de ativos – ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que as mesmas possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. Os testes de imparidade são realizados em dezembro de cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Mesa Administrativa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e, se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentaram essa conclusão.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, n.º 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmmn.com – scmmn@scmmn.com

O valor recuperável é o maior entre o justo valor de ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Com exceção do goodwill, aos ativos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade, é feita uma avaliação sobre a possível reversão das perdas por imparidade a cada data de relato. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.3. Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pela qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodeiam. As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações dos fundos patrimoniais".

3.4. Ativos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados/mensurados:

- (a) Ao custo menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Instituição classifica e mensura ao custo os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

São registados ao custo os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, utentes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Instituição avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos/ativos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, nº 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmn.com – scmn@scmn.com

3.5. Créditos a receber

As rubricas de Contas a receber são reconhecidas ao justo valor (valor nominal), deduzido dos respetivos ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Ajustamento de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.6. Inventários

Os inventários são inicialmente registados ao curso e subsequentemente ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 6 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários, se existirem, são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.8. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos ao custo (valor nominal).

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente e no passivo não corrente no caso de a empresa ter o direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.9. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

3.10. Imposto sobre o rendimento

A Instituição beneficia de isenção de tributação em sede de IRC ao abrigo do artigo 10º do respetivo código (Pessoas Coletivas de Utilidade Pública e de Solidariedade Social).

3.11. Benefícios aos empregados

A Instituição não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

3.12. Provisões

Lar de N.º Sr.ª da Visitação – Rua João Luís Ricardo, nº 8 – Apartado 144 – 7051 – 909 Montemor-o-Novo – Tel. 266 898 410
Centro Social Dr. Alfredo Maria Cunhal – Rua Irmã Sousa, nº 1 – Apartado 144 – 7051 – 909 Montemor-o-Novo – Tel. 266 898 410
Centro Social João Paulo II – Rua João Paulo II, s/n – 7050 – 704 Foros de Vale de Figueira – Tel. 266 878 100 – Fax 266 878 101
Farmácia da Misericórdia – Largo General Humberto Delgado, 12 – Apartado 144 – 7051-909 Montemor-o-Novo – Tel. 266 899 140



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, n.º 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmmn.com – scmmn@scmmn.com

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação: i) presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a obrigação é divulgada como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.13. Rendimentos e Gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.14. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo a vendas e/ou serviços prestados no decurso normal da atividade da Instituição. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

3.15. Subsídios

Os subsídios do Governo ou demais entidades estatais apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que serão recebidos e de que a Santa Casa da Misericórdia irá cumprir com todas as condições necessárias para a sua atribuição.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com a aquisição ou construção de ativos fixos tangíveis são reconhecidos inicialmente nos Fundos Próprios e posteriormente imputados numa base sistemática a resultados do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionem.

Outros subsídios à exploração são usualmente reconhecidos em resultados de uma forma sistemática durante os períodos necessários para balancear com os gastos que é suposto compensarem.

3.16. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Mesa Administrativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

Lar de N.º Sr.ª da Visitação – Rua João Luís Ricardo, n.º 8 – Apartado 144 – 7051 – 909 Montemor-o-Novo – Tel. 266 898 410
Centro Social Dr. Alfredo Maria Cunhal – Rua Irmã Sousa, n.º 1 – Apartado 144 – 7051 – 909 Montemor-o-Novo – Tel. 266 898 410
Centro Social João Paulo II – Rua João Paulo II, s/n – 7050 – 704 Foros de Vale de Figueira – Tel. 266 878 100 – Fax 266 878 101
Farmácia da Misericórdia – Largo General Humberto Delgado, 12 – Apartado 144 – 7051-909 Montemor-o-Novo – Tel. 266 899 140



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, n.º 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmmn.com – scmmn@scmmn.com

3.15.1 Provisões

São analisadas de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.15.2 Ativos fixos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Mesa Administrativa para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por entidades congêneres, tendo em consideração o carácter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

3.15.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da entidade, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Mesa Administrativa no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4. Fluxos de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2025, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	2025	2024
Caixa	3.901	2.749
Depósitos bancários	36.822	1.219.368
	<u>40.723</u>	<u>1.222.117</u>
Deposito a Prazo dado em garantia bancária	1.143.010	350.000
	<u>1.143.010</u>	<u>350.000</u>



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, n.º 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmmn.com – scmmn@scmmn.com

5. Ativos fixos tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2025, os movimentos registados nestas rubricas do ativo não corrente foram como segue:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Regularizações</u>	<u>Saldo final</u>
Custo aquisição				
Ativos fixos tangíveis	6 828 307	3 801		6 832 108
Ativos fixos tangíveis - em curso	<u>204 625</u>	<u>524 336</u>	<u>0</u>	<u>728 961</u>
	7 032 932	528 137	0	7 561 069
Património histórico, artístico, cultural	156 712			156 712
	<u>7 189 644</u>	<u>528 137</u>	<u>0</u>	<u>7 717 781</u>
Depreciações (Nota 21)				
Ativos fixos tangíveis	-3 693 372	-122 548	0	-3 815 920
Ativos fixos tangíveis - em curso	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
	-3 693 372	-122 548	0	-3 815 920
Património histórico, artístico, cultural	-19 665	-2 809	0	-22 474
	<u>-3 713 037</u>	<u>-125 357</u>	<u>0</u>	<u>-3 838 394</u>
Valores líquidos				
Ativos fixos tangíveis	3 339 560			3 745 149
Património histórico, artístico, cultural	137 047			134 238



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, n.º 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo
Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410
www.scmmn.com – scmmn@scmmn.com

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Físicos Tangíveis	Imobilizações em Curso	Total
Saldos Contabilísticos em 1.1.2025								
Custo Aquisição	804 981	4 251 562	1 363 906	325 172	42 841	39 845	204 625	7 032 933
Amortizações acumuladas	-6 229	-2 042 069	-1 318 058	-261 620	-41 451	-21 135	0	-3 690 562
	798 752	2 209 493	45 848	63 552	1 390	18 710	204 625	3 342 371
Movimentos em 2025								
Aquisições	0	0	0	0	1 353	2 448	524 337	528 137
Amortizações do exercício	-1 038	-96 622	-12 746	-10 592	-502	-3 857	0	-125 358
	-1 038	-96 622	-12 746	-10 592	851	-1 409	524 337	-402 779
Movimentos em 2025								
Reduções	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortizações do exercício	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldos Contabilísticos em 31.12.2025								
Custo Aquisição	804 981	4 251 562	1 363 906	325 172	44 194	42 293	728 962	7 561 070
Amortizações acumuladas	-7 267	-2 138 691	-1 330 804	-272 212	-41 953	-24 992	0	-3 815 920
	797 713	2 112 871	33 102	52 960	2 241	17 301	728 962	3 745 150

Lar de N.º Sr.ª da Visitação – Rua João Luís Ricardo, n.º 8 – Apartado 144 – 7051 – 909 Montemor-o-Novo – Tel. 266 898 410
Centro Social Dr. Alfredo Maria Cunha – Rua Irmã Sousa, n.º 1 – Apartado 144 – 7051 – 909 Montemor-o-Novo – Tel. 266 898 410
Centro Social João Paulo II – Rua João Paulo II, s/n – 7050 – 704 Foros de Vale da Figueira – Tel. 266 878 100 – Fax 266 878 101
Farmácia da Misericórdia – Largo General Humberto Delgado, 12 – Apartado 144 – 7051-909 Montemor-o-Novo – Tel. 266 898 140

[Handwritten signatures and initials]



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, nº 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmmn.com – scmmn@scmmn.com

6. Inventários

PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Saldos Contabilísticos em 1.1.2025			
Custo Aquisição	0	156 712	156 712
Amortizações acumuladas	0	-19 665	-19 665
	0	137 047	137 047
Movimentos em 2025			
Saldo Inicial	0	156 712	156 712
Aquisições	0	0	0
Amortizações do exercício	0	-2 809	-2 809
	0	153 902	153 902
Saldos Contabilísticos em 31.12.2025			
Custo Aquisição	0	156 712	156 712
Amortizações acumuladas	0	-22 474	-22 474
	0	134 237	134 237

dezembro de 2024, os inventários registados no balanço apresentam o seguinte detalhe:

	2025	2024
Mercadorias	79.835	93.587
Activo Biológico	4.266	4.266
Imparidade acumulada	-	-
	84.100	97.853

O saldo da rubrica de Mercadorias inclui os medicamentos e outros materiais comercializados na Farmácia da Misericórdia. Foi reconhecido como Activo Biológico o valor referente a investimento na exploração agrícola em terreno da Instituição.

7. Créditos a receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os valores a receber relacionados com Clientes e Utentes eram os seguintes:



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, n.º 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmnm.com – scmmn@scmmn.com

	2025		2024	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Clientes	141 183	0	138 868	0
Utentes	61 339	0	78 957	0
	202 522	0	217 825	0
Imparidades acumuladas (Nota 18)	-54 981	0	-50 236	0
	147 541	0	167 589	0

Esta rubrica reflete os valores por receber de Clientes e Utentes das várias valências da Santa Casa da Misericórdia.

No exercício de 2025, e mediante análise dos saldos de utentes considerados de cobrança duvidosa, a Mesa Administrativa procedeu ao reforço de imparidades no montante de 4 745 euros.

8. Outros ativos correntes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos de outros ativos correntes eram os seguintes:

	2025		2024	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Devedores por Acréscimo de rendimentos				
Juros a receber	49	-	4 533	-
Outros devedores por acréscimo rendimentos	14 213	-	2 655	-
	14 262	-	7 188	-
Outros devedores				
Diversos	21 258	-	16 236	-
	21 258	-	16 236	-
Fornecedores - saldos devedores	-		697	
	35 520	-	24 120	-



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, n.º 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmmn.com – scmmn@scmmn.com

9. Resultados transitados e outras variações nos fundos patrimoniais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentavam o seguinte detalhe:

Resultados Transitados

Saldo inicial 1.1.2025	-2.308.082
Aplicação Resultado 2024	-215.958
	<u>-2.524.040</u>
Ajustes contabilísticos em 2025	
Em outras contas de balanço	1.145
	<u>1.145</u>
	<u>-2.522.895</u>

Outras Variações de Fundos Patrimoniais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Subsídios ao Investimento</u>		
Saldo inicial	199.168	206.355
Aumentos do período	50.894	18.160
Imputação a rendimento do exercício	-26.571	-25.597
Imputação a resultados transitados	0	250
	<u>223.491</u>	<u>199.168</u>
	<u>223.491</u>	<u>199.168</u>

A rubrica de Outras Variações de Fundos Patrimoniais inclui os subsídios ao investimento concedidos à Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo atribuídos pelo QREN, DGAL e FEADER com vista ao apoio das obras de requalificação da cobertura da Igreja da Misericórdia bem como do Lar da Nossa Senhora da Visitação, imputados a resultados numa base proporcional às depreciações dos ativos cofinanciados.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, n.º 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmmn.com – scmmn@scmmn.com

10. Financiamentos obtidos

Os saldos desta rubrica apresentam-se como segue:

	2025		2024	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários	12 950	337 050	0	350 000
Empréstimos Outras Entidades		0	0	0
Confirming	199 447	0	195 429	0
Contratos de leasing	6 783	14 716	7 668	21 921
	<u>219 180</u>	<u>351 766</u>	<u>203 097</u>	<u>371 921</u>
	<u>219 180,00</u>	<u>351 766</u>	<u>203 097</u>	<u>371 921</u>

Com referência a 31 de dezembro de 2025, a Associação terá apresentado faturas para pagamento no montante de 199 447 euros.

11. Estado e Outros Entes Públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos com o Estado eram os seguintes:

	2025		2024	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento – IRC	2.219	0	18	0
Retenção imposto s/ rendimento	0	6.201	0	7.599
Impostos s/ valor acrescentado – IVA	16.648	6.193	6.682	6.842
Contribuições p/ Segurança Social	0	33.936	0	31.913
Outros impostos	0	0	0	0
	<u>18.867</u>	<u>46.330</u>	<u>6.700</u>	<u>46.354</u>

12. Fornecedores e outros passivos correntes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos de Fornecedores e Outros passivos correntes eram os seguintes:



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, nº 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmmn.com – scmmn@scmmn.com

	2025		2024	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Fornecedores c/c	388.194	-	372.589	-
Acréscimos de Gastos	269.045	-	235.661	-
Outros credores	102.280	-	97.887	-
Pessoal	92	-	913	-
Adiantamentos Clientes	22.319	-	23.604	-
Clientes - saldos credores	8.286	-	7.900	-
	<u>790.217</u>	<u>-</u>	<u>738.553</u>	<u>-</u>

Em Fornecedores encontra-se refletido as dívidas da Santa Casa da Misericórdia para com os principais fornecedores de géneros alimentares (para preparação de refeições dos utentes) e fármacos / medicamentos para comercialização na valência da Farmácia.

A rubrica de Acréscimo de Gastos inclui essencialmente a estimativa de férias e subsídios de férias relativo ao exercício de 2025.

Em Adiantamentos de Clientes, encontra-se registado um valor adiantado pela família de um utente, que se encontra a ser regularizado através da faturação emitida.

13. Rédito

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2025	2024
Vendas de mercadorias	1.575.778	1.487.700
Utentes - Matrículas e Mensalidades	1.030.596	908.866
Associados - Quotizações e Jóias	3.468	3.356
Outros serviços	5.976	6.273
Comparticipações	930.045	0
	<u>3.545.864</u>	<u>2.406.195</u>

Lar de N.º Sr.ª da Visitação – Rua João Luis Ricardo, n.º 8 – Apartado 144 – 7051 – 909 Montemor-o-Novo – Tel. 266 898 410
Centro Social Dr. Alfredo Maria Cunhal – Rua Irmã Sousa, n.º 1 – Apartado 144 – 7051 – 909 Montemor-o-Novo – Tel. 266 898 410
Centro Social João Paulo II – Rua João Paulo II, s/n – 7050 – 704 Foros de Vale de Figueira – Tel. 266 878 100 – Fax 266 878 101
Farmácia da Misericórdia – Largo General Humberto Delgado, 12 – Apartado 144 – 7051-909 Montemor-o-Novo – Tel. 266 899 140



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, nº 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmmn.com – scmmn@scmmn.com

14. Subsídios, doações e legados à exploração

O montante de subsídios, doações e legados à exploração reconhecidos na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2025	2024
Estado e Outros Entes Públicos		
Centro Regional Seg. Social		
Infância e juventude		
Centros de actividades de tempos livres	0	35.243
Família e comunidade		
Serviço de acolhimento e atendimento social	0	0
Cantina social	0	33.405
Terceira Idade		
Lares	0	526.278
Centros de dia	0	0
Apoio domiciliário	0	216.163
Autarquias		
Município Montemor-o-Novo	57.225	49.097
	<u>57.225</u>	<u>860.186</u>
Comparticipações do I.E.F.P	17.112	17.017
Outros	4.248	3.857
	<u>78.585</u>	<u>881.060</u>

Conforme referido na nota 2.3, até ao exercício anterior, as participações da Segurança Social eram registadas como Subsídios à Exploração. No ano de 2025, tais subsídios são tratados como Prestações de Serviços.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, nº 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmmn.com – scmmn@scmmn.com

15. Quantia de inventário reconhecida como um gasto durante o período

	2025	2024
Inventário Inicial	106.609	100.098
Compras	1.577.405	1.518.278
Reclassificação e regularização	-5.283	-7.816
Inventário final	-107.340	-106.609
	<u>1.571.391</u>	<u>1.503.951</u>

16. Fornecimento e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2025	2024
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	189.155	214.038
Materiais	12.655	8.288
Energia e Fluidos	147.049	145.040
Deslocações e estadas	696	801
Serviços diversos	96.917	98.741
	<u>446.472</u>	<u>466.908</u>

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos registou uma diminuição de aproximadamente 20.000 euros face ao período homólogo, decorrente principalmente dos seguintes fatores:

- Diminuição dos serviços especializados no montante de 25 000 euros aproximadamente, e um aumento nos gastos com materiais no montante de 5 000 euros, tendo em conta a inflação crescente durante o ano de 2025;



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, nº 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmnm.com – scmmn@scmmn.com

17. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, foram como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Remunerações		
Pessoal	1 101 799	1 033 479
	<u>1 101 799</u>	<u>1 033 479</u>
Encargos sociais		
Indemnizações	0	0
Encargos sobre remunerações	282 763	280 862
Seguros	20 216	18 736
Outros	308 921	303 633
	<u>611 900</u>	<u>603 231</u>
Gastos com o pessoal	<u>1 713 699</u>	<u>1 636 710</u>

Com base na evolução do número de colaboradores disponibilizado pelos serviços da Santa Casa, o número médio de colaboradores fixou-se em 93 (em 2024: 92).

18. Imparidades

A rubrica de outras imparidades (perdas/reversões) apresenta-se como se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Perdas por imparidade		
Clientes	4745	927
	<u>4745</u>	<u>927</u>



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, nº 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmmn.com – scmmn@scmmn.com

19. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Rendimentos suplementares	2.377	4.097
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	47	0
Descontos pronto pagamento obtidos	72	276
Recuperação de dívidas a receber	0	0
Ganhos em inventários	0	0
Ganhos em investimentos não financeiros	69.236	62.649
Correcções relativas a períodos anteriores	6.902	11.667
Imputação de subsídios de investimento	26.571	25.597
Não especificados	122.985	168.700
	<u>228.189</u>	<u>272.986</u>

20. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

	2025	2024
Impostos	96	36
Perdas em Inventários	5.279	7.711
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0	46
Correcções relativas a períodos anteriores	1.315	7.858
Donativos	600	650
Quotizações	13.041	14.211
Outros não especificados	3.600	3.300
	<u>23.930</u>	<u>33.812</u>



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, nº 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmmn.com – scmmn@scmmn.com

21. Gastos / reversões de depreciações e de amortizações

O detalhe da rubrica de gastos/reversões de depreciações é apresentado no quadro seguinte:

	2025	2024
Depreciações do exercício		
Activos fixos tangíveis (Nota 5)	120.299	129.724
Bens património histórico e cultural	2.809	2.809
Propriedades de investimento	2.250	1.571
	<u>125.358</u>	<u>134.105</u>

22. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros é como se segue:

	2025	2024
Gastos financeiros		
Juros suportados	23.450	12.199
Outros	0	0
	<u>23.450</u>	<u>12.199</u>
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	12.089	12.415
	<u>12.089</u>	<u>12.415</u>

23. Dívidas em mora ao Estado

À data do balanço a Instituição não tinha dívidas em mora para com o Estado.

24. Informações exigidas por diplomas legais

Os gastos com honorários do Revisor Oficial de Contas ascenderam, no presente exercício a 3.300 Euros.

25. Acontecimentos após a data do balanço

Não ocorreram quaisquer eventos materiais após a data do balanço que não se encontrem refletidos na demonstração de resultados ou no balanço.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Rua Irmã Sousa, nº 1 – 7050-260 Montemor-o-Novo

Contribuinte 501 129 324 – Telefone 266 898 410

www.scmmn.com – scmmn@scmmn.com

Montemor-o-Novo, 20 de Março de 2026

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

Paula Soares

Francisco António Ribeiro Lopes

Guimarães


António Laboreiro de Vila-Vieira


Eusebio da Conceição H. Espadaneira

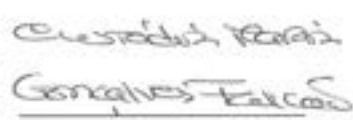
Luís António Maria Gonçalves Talcão


Carlos Miguel de Cavalho Nunes

Montemor-o-Novo e Santa Casa da Misericórdia, 20 de março de 2026


A Mesa Administrativa

Paula do Carmo Ciríaco Rosado
(Provedora)



António Maria
Caldeira L. de Villa-Lobos
(Vice-Provedor)


Custódia Maria
Gonçalves Falcão
(Secretária)


Ana Cristina de Moraes
Duarte Alberto Alarcão
Potier
(Tesoureira)


Jacinto António Setúbal
Vidigal da Silva
(Vogal)


Esmeralda da Conceição
Mangerico Espadaneira
(Vogal)


Carlos Miguel de
Carvalho Ramos
(Vogal)

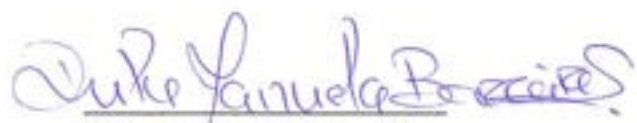
Submetida à apreciação e votação da Assembleia Geral Ordinária da Irmandade, reunida em 30 de março de 2026, obteve o seguinte despacho:

Aprovado em reunião da AG,
por unanimidade.

A Mesa da Assembleia Geral



Júlio José Rina Vilela (Eng.º)



NA AUSÊNCIA DE,
Cónego Dr. José António Morais Palos

DULCE MANUELA BARREIRAS



Lúcia Prisca B. V. da Silva Emerenciano (Dra.)